Jornal *Resistência*, de Belém do Pará: lutas e desafios de um periódico alternativo da Amazônia durante a ditadura militar no brasil

Resistência *newspaper, from Belém, Pará: struggles and challenges of an alternative periodical from amazon during the military dictatorship*

https://doi.org/10.26512/rhh.v14i31.59532

Eduardo de Melo Salgueiro
Universidade Federal Federal do Sul e Sudeste do Pará
https://orcid.org/0000-0001-8225-6592
eduardomsalgueiro@gmail.com

Resumo

Este trabalho visa apresentar o jornal Resistência, veículo alternativo publicado em Belém (PA), entre 1978 e 1983, com publicações esporádicas posteriores. Criado pela "Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)", enfrentou desafios internos e externos, refletindo as disputas políticas da época. Pretende-se traçar um histórico da entidade que o publicou e destacar as características essenciais do periódico, considerando-o como fonte e objeto central de análise.

Palavras-chave

Jornal *Resistência,* Imprensa Alternativa, Ditadura Militar

Abstract

This work aims to present the Resistência newspaper, an alternative publication in Belém (PA), between 1978 and 1983, with sporadic later editions. Created by the "Sociedade Paranese de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)", it faced internal and external challenges, reflecting the political disputes of the time. The goal is to outline a history of the organization that published it and highlight the essential characteristics of the newspaper, considering it as a primary source and object of central analysis.

Keywords

Resistência newspaper, Alternative Press, Military Dictatorship

Introdução

Nelson Werneck Sodré, em sua clássica obra sobre a história da imprensa brasileira, publicado em 1966, faz uma sólida afirmação logo no início. O autor sustenta que **"a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista"**, argumentando que o "contrôle[1] dos meios de difusão de idéias e de informações [no final das contas,] é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interêsses e aspirações".[2]

A imprensa, como objeto de análise da ciência histórica, tem nos mostrado efetivamente o quanto as disputas pela conquista dos "corações e mentes"[3] das sociedades são centrais no âmbito das lutas sociais. Mais do que simplesmente informar, as visões de mundo que são moldadas nos bastidores das redações e refletidas nos textos impressos em papel-jornal têm papel decisivo para que compreendamos a(s) sociedade(s) que nos rodeia(m).

A historiografia consagrada[4] reconhece a importância da imprensa como fonte e objeto de estudo para a compreensão da realidade. No entanto, diante das profundas transformações dos meios de comunicações nas últimas décadas (especialmente após a ascensão das chamadas *redes sociais* virtuais e da internet), a imprensa periódica tradicional, tal como conhecíamos, sofreu

1 Todas as citações contidas neste texto, sejam elas advindas de fontes ou referências bibliográficas, manterão a ortografia e gramática da época em que foram publicadas para o caso das fontes, ou das edições aqui utilizadas, para o caso dos títulos referenciais à análise em tela.

2 Nelson Werneck Sodré, História da Imprensa no Brasil (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966), 01.

3 Maria Helena Capelato, Imprensa e História do Brasil (São Paulo: Contexto, 1988), 13.

4 Vários trabalhos apontam nessa direção e não seria possível elencar todos eles, contudo, sugere-se os seguintes textos, que apontam para tal caminho: Ana Maria de Almeida Camargo. "A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil", in: Eurípides Simões de Paula, org, Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, (São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971). Heloísa F. Cruz e Maria do Rosário Peixoto, "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa", Projeto História, São Paulo, n.º 35 (2007); Mirta Kircher, "La prensa escrita: actor social y político, espacio de producción cultural y fuente de información histórica". Revista de História, Argentina, n.º 10 (2005; LUCA), Tania Regina de Luca. "História dos, nos e por meio dos Periódicos". In: Carla Bassanezi Pinzky, org, Fontes Históricas, (São Paulo: Contexto), 2005.

metamorfoses. Ela não é mais *a voz* privilegiada para a circulação e disseminação de ideias, enfrentando uma concorrência com outras múltiplas vozes neste "mundo digital", de difícil controle. Portanto, o estudo da imprensa pela historiografia se torna um desafio crescente, à medida que novos tipos de fontes emergem *web*.

Conforme informa o historiador Javier Díaz Noci, ao abordar a nova perspectiva que se abre para a historiografia dedicada aos estudos da imprensa "Enquanto a historiografia levou cinco séculos para se debruçar sobre a imensa transformação provocada pela imprensa, no caso da Internet, tal preocupação acadêmica é quase contemporânea ao fenômeno que estuda."[5]

Como observado na citação anterior, a historiografia do mundo contemporâneo enfrentará um desafio titânico: decifrar o intrincado labirinto da imprensa digital, entrelaçada às teias das redes sociais *online*. Esta nova forma de comunicação é tão instável, ou até mais, que a "imprensa tradicional". Nesse turbilhão, as chamadas "*fake News*" devastam como uma poderosa tempestade. Embora não tenham surgido com o advento do "mundo digital", proliferam-se em larga escala devido ao amplo alcance e à rapidez nas "desinformações"[6] que produzem.

Segundo manual (*handbook*) elaborado pela UNESCO, vivenciamos uma verdadeira "'armamentização da informação' em escala sem precedentes. As novas tecnologias facilitam a manipulação de conteúdos, e as redes sociais amplificam falsidades propagadas por Estados e grupos populistas, repercutidas

5 Javier Díaz Noci, "A History of Journalism on the Internet", Revista Internacional de Historia de la Comunicación 1, n.º 1 (2013), tradução livre. A versão original: "while historiography took five centuries to inquire into the immense transformation and social transcendence of the printing press [....], in the case of Internet such academic concern is almost contemporary with the phenomenon it studies".

6 Em inglês, costumeiramente usam-se dois termos para tratar do problema, isto é, "misinformation" quando os fatos reportados estão errados ou mal apurados, e "disinformation", quando há intenção de enganar. Nesse sentido, conforme indica manual produzido pela UNESCO (sigla que, em português significa "Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura"), evita-se o uso de "fake News", uma vez que a própria ideia de "notícias" significa informação verificável de interesse público e, informação que não atende tal pré-requisito, não merece o rótulo de "notícia". Portanto, "desinformação" é o termo sugerido pela publicação mencionada, uma vez que se refere a tentativas deliberadas (muitas vezes orquestradas) de confundir ou manipular pessoas por meio da entrega de informações desonestas. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Journalism, fake news and disinformation, (Paris, França, 2018), 07.

por públicos acríticos."[7] Esse fenômeno tornou-se proeminente após as eleições presidenciais dos Estados Unidos de 2020, lançando uma sombra de desconfiança sobre a ciência, as notícias verificáveis e as normas sociais[8]. Essa situação nos colocará em um terreno ainda mais movediço, como nos lembrou Noci, mencionado anteriormente.

O periódico que abordarei aqui não se enquadra, ao menos em sua versão original, na categoria da imprensa digital/virtual. No entanto, os parágrafos anteriores ganharão maior relevância se considerarmos as primeiras palavras citadas de Nelson Werneck Sodré, que aponta a imprensa como um produto de reflexo das múltiplas disputas da sociedade capitalista. O jornal *Resistência*,[9] tal como sugere seu próprio título, tornou-se possível em virtude das contradições intrínsecas ao mundo real, que são inerentes ao sistema, especialmente porque o periódico atuou no campo das ideias e da ação contra o *status quo* daquele contexto em que surgiu, como se verá adiante.

O que desejo destacar e chamar atenção é a luta feita pelo *Resistência* contra a *desinformação* e à censura estabelecidas pela Ditadura Militar. Em outras palavras, as notícias falsas, algo que nos parece contemporâneo e desafiador, também foram combatidas em outros períodos históricos, sobretudo no caso em tela, isto é, sob autoritarismo e domínio dos militares. Isso se pensarmos a violência do Estado, sob tal forma, como motivação inicial para a criação do periódico.

Portanto, erguia sua voz contra o controle estatal da informação, desafiando o discurso que, por sua vez, era manipulado de várias formas naquele contexto. Adotando uma postura incisiva, confrontava a desinformação. Sobressaía-se uma abordagem incisiva em prol de pautas não reconhecidas ou distorcidas deliberadamente pela Ditadura Militar. É importante destacar, evidentemente, que essa luta não se deu sem contradições internas ao próprio corpo editorial do periódico, tal como mostrarei adiante. Assim, é preciso

7 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), 15, tradução livre. A versão original: "weaponisation of information on an unprecedented scale. Powerful new technology makes the manipulation and fabrication of content simple, and social networks dramatically amplify falsehoods peddled by States, populist politicians, and dishonest corporate entities, as they are shared by uncritical publics".

8 Olan, F., Jayawickrama, U., Arakpogun, E.O. et al,. "Fake news on Social Media: the Impact on Society". Inf Syst Front n.º 26 (2022).

9 Jornal Resistência: resistir é o primeiro passo, (Belém), 1978-1983.

compreendê-lo como uma publicação também permeada também por conflitos que eram seus, o que não exclui o que foi mencionado anteriormente, isto é, o valor de sua luta.

Ao examinar a história do *Resistência*, nota-se o seguinte: este periódico, como muitos outros, surgiu em meio à turbulência da Ditadura Militar,[10] em 1978, mantendo uma publicação impressa regular por cinco anos, até 1983. Embora com escassas edições impressas a partir de então, chegou a ser lançado, inclusive, em meados dos 1990. *Resistência* adentrou o universo digital, com suas particularidades, e atua de maneira semelhante à imprensa alternativa à chamada grande imprensa,[11] nos dias atuais.[12] No entanto, neste trabalho, concentro-me a abordar alguns aspectos dos seus cinco primeiros anos, dada a complexidade do tema.

Nesse sentido, o presente trabalho está dividido em dois momentos: no primeiro, traço um breve histórico da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), responsável pela produção do jornal *Resistência.* Devido aos limites deste formato de publicação, o histórico será conciso. Em

10 Optou-se por utilizar o termo "Ditadura Militar" neste artigo, uma vez que, muito embora o golpe tenha sido efetivamente executado por setores civis e militares, a ditadura que vigorou por 21 anos, iniciada em 1964, foi marcadamente militar. Nesse sentido, estou de acordo com a posição do historiador Carlos Fico a respeito do tema. Sobre essa discussão, ver: Carlos Fico, "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas", Tempo e Argumento, v. 9, n.º 20 (2017).

11 Sobre o emprego do termo "grande imprensa", faço uso das palavras da historiadora Tania Regina de Luca, para quem a "expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro" (Tania Regina de Luca, "A grande imprensa na primeira metade do século XX", in: Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, orgs, História da Imprensa no Brasil. (São Paulo: Contexto 2008), 149. Cicilia Peruzzo, ao usar a expressão "grande mídia", nos informa, enfaticamente, que dentre suas principais características, seu modo de operar "inclui o funcionamento do meio enquanto empresa privada e a consequente submissão à lógica do mercado, como forma de gerar lucros, sistema de gestão burocrático e alinhamento estratégico aos interesses ideológicos e políticos das classes dominantes." (Cicilia M. K Peruzzo, "Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço", Galáxia, n.º 17 (2009), 136.

12 É importante destacar que anteriormente havia um blog, hospedado no endereço https://jornalresistenciaonline.blogspot.com, porém, ao tentar acessá-lo em 25/04/2024, constatei que foi removido. No entanto, ainda é possível encontrar uma página ativa no facebook (https://www.facebook.com/resistenciaonline/?locale=pt_BR) e há um perfil no instagram @jornalresistencia.

seguida, além de contextualizar o periódico, dedico especial atenção à complexidade de seu projeto, buscando enfatizar sua linha editorial, bem como suas contradições.

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH): o início

Quando nos debruçamos sobre o universo da imprensa, não podemos ignorar que sua existência não se limita simplesmente à cobertura dos acontecimentos cotidianos, seja no nível mais local ou global. Além dessa função primordial, é sabido que as mais variadas disputas políticas são travadas, também, por meio de suas páginas. Como destacado nas primeiras linhas deste artigo, por meio das palavras de Nelson Werneck Sodré, a difusão das ideias e o controle sobre os meios que as transmitem ao público, são disputados pelos mais diversos grupos, nos mais variados contextos.

Nesse sentido, a imprensa opera como um canal no qual são travados diversos embates entre seus diferentes grupos. Como argumenta Darnton e Roche, mesmo referindo-se a outro contexto histórico, as páginas dos jornais ajudam a dar forma aos eventos que registram.[13] Daí, depreende-se que os mais variados interesses marcam as páginas dos impressos periódicos (de qualquer tipo).

Portanto, em estudos de história da imprensa, é crucial compreendermos profundamente os projetos editoriais e os grupos que os idealizam, pois desempenham um papel que extrapola o mero ato de informar. Há um há interesse latente de agir sobre a sociedade, seja em busca por mudanças ou, na contramão disso, a permanência da ordem das coisas.

A ascensão da chamava "imprensa alternativa", especialmente aquela que surgiu no contexto da Ditadura Militar, está intrinsicamente relacionada à intensa luta que se travava no Brasil durante aquele período, que abrange desde os anos 1960 a década meados de 1980. As pautas exploradas abrangiam temas como "democracia", "revolução", "comunismo", "desenvolvimentismo/progresso", "censura", "violência", "tortura", "ditadura", entre outros.

13Robert Darnton e Daniel Roche, orgs, Revolução impressa: A imprensa na França, 1775-1800 (São Paulo: EDUSC, 1996), 15.

Diante de todos os aspectos mencionados anteriormente, é fundamental contextualizar o jornal *Resistência*, considerando o grupo que o idealizou e suas motivações, dentro dos limites desta uma publicação. Assim, para uma compreensão mais abrangente de sua origem, não se pode negligenciar a entidade responsável por sua produção, isto é, a "Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH".[14] O periódico é fruto do surgimento dessa organização, que ainda hoje desempenha um papel significativo no estado do Pará, atuando em diversas frentes, dentro de sua missão declarada.[15]

Alguns estudos de diferentes áreas, encontrados por meio de um levantamento bibliográfico, consideraram o jornal *Resistência* como fonte e objeto central de pesquisa principal.[16] Outros trabalhos fizeram menção ao periódico, no âmbito de uma pesquisa mais ampla.[17] Todos fazendo menção à SDDH, embora alguns destaquem mais essa organização do que outros.

Conforme consta na página oficial da SDDH, seu surgimento foi uma resposta necessária aos desafios enfrentados pelo Brasil naquela época, isto é, um país subjugado pela Ditadura Militar. Nesse sentido, eles informam que

14 Doravante SDDH.

15 http://sddh.org.br/quem-somos/#historico. Aceso em 15/11/2023.

16 Foram eles: Celia Amorim et. al., "Resistência e Jornal Pessoal: da ditadura civil-militar à democracia na Amazônia", in: Celia Amorim, et. al., orgs, Comunicação e pesquisa na Amazônia: perspectivas e práticas, volume I. Série Encontros em Comunicação, (BELÉM: UFPA:PPGCOM, 2018); Juliana S Araújo. "A redemocratização na imprensa alternativa: uma análise do jornal Resistência (1978-1986)," in: Francivaldo Nunes, org., Política, sociedade e ambiente. (Ananideua: Editora Cabana, 2022); Josué Ivan Costa, A Voz do Resistência: um jornal contra a ditadura militar (Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2018).; Anna Júlia da Silva Lustosa, Charge e contestação no Pará nas décadas de 1970 e 1980: uma leitura do jornal Resistência (Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado do Pará, 2023); Ivania da Silva Pereira Melo, Araguaia em verso e em prosa: os poemas da guerrilha veiculados pelo Resistência (o jornal em defesa dos direitos humanos) (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018); Eduardo de Melo Salgueiro, "Notas sobre o jornal Resistência, de Belém do Pará: (re)visitá-lo é o primeiro passo," in Leituras sobre a Amazônia: cultura, memória e ensino, org. Erinaldo V. Cavalcanti et al. (São Luís: EDUFMA, 2021), 194–211.

17 Bernardo Kucinski, Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa (São Paulo: Edusp, 2001); Ismael Machado, Paulo Fonteles: sem ponto final (São Paulo: Fundação Maurício Grabois / Anita Garibaldi; Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos, 1ª ed., 2017).

"sua origem está diretamente relacionada à luta e resistência contra [a ditadura instalada com o golpe de 1964] e as violações de direitos humanos"[18] decorrentes do mesmo. Além disso,

> A sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 8 de agosto de 1977, que tem como missão a valorização e defesa dos Direitos Humanos na perspectiva de uma Sociedade justa, igualitária, sustentável e fraterna.
>
> [...]
>
> [É nesse contexto] de violações de direitos humanos que é criada a SDDH, que desempenha importante papel na luta e resistência contra as atrocidades cometidas pelo regime militar no estado do Pará; atuando na defesa e proteção das comunidades e lideranças ameaçadas, criminalizadas e assassinadas [...][19]

Conforme observado, esse fragmento está escrito no tempo presente e corresponde a uma apresentação sucinta, sem maiores detalhes sobre o surgimento da entidade, conforme publicado em seu *website*. No entanto, ao examinarmos o documento intitulado "Como nasceu a Sociedade", publicado em março de 1978,[20] no número 01 do jornal *Resistência*, constatam-se as seguintes informações:

> [...] foi fundada oficialmente no dia 08 de agosto de 1977, quando foi eleita sua primeira diretoria, após a aprovação, em Assembléia Geral, de seus Estatutos. A idéia de sua criação surgiu quando um conjunto de pessoas se mobilizou para defender e auxiliar os posseiros envolvidos na morte do fazendeiro

18 Disponível em: http://sddh.org.br/quem-somos/#historico. Acesso em 15 nov. 2023.

19 Disponível em: http://sddh.org.br/quem-somos/#historico. Acesso em 15 nov. 2023.

20 É válido ressaltar que tal documento foi publicado, também, na edição número zero do periódico (fevereiro de 1978). Lamentavelmente, não tive acesso ao mesmo, nesse sentido, uso a republicação, por meio da edição número 01.

> norte-americano John Davis,[21] que presos no São José, amargavam difícil situação, sem condições de pagar advogado, ou comprar uma simples rêde para dormir.
>
> [...] Participam da SOCIEDADE desde sua origem, pessoas das mais diversas classes sociais – operários, médicos, intelectuais, donas de casa, professores, biscateiros, advogados, estudantes, políticos, empresários, etc.[22]

Antes de prosseguir, é importante contextualizar o(a) leitor(a) sobre o caso envolvendo o estadunidense John Davis e seu assassinato, uma vez que o grupo responsável pela própria SDDH percebeu aquele evento como crucial, a ponto de motivar a criação daquela entidade. Conforme afirma Mesquita,

> John Davies era um missionário agrônomo da igreja presbiteriana. Em 1967 comprou 23 títulos de propriedades de terras entregues pelo governo do Pará; esses títulos haviam sido expedidos entre 1961 e 1962 a vários particulares na região da PA-70, estrada de terra que ligava Paragominas à Marabá no sul do Pará, período no qual eram investigadas pela Polícia Federal operações fraudulentas de terras na Secretaria de Obras, Terras e Águas[23] (MESQUITA, 2018, p. 223)

O autor nos informa que o referido missionário foi "alvo de investigações na CPI de venda de terras brasileiras à estrangeiros, na Câmara Federal de Deputados", naquele contexto. Num resumo apertado, pode-se dizer que a região de Paragominas/Marabá e o envolvimento do grupo CAPAZ (Companhia Agropastoril Água Azul), liderado por John Davis, contra os posseiros da região culminou com a morte do estadunidense, mas decorria de anos de conflitos. Ainda nas palavras de Mesquita, "no ano de 1976, John Davies havia

21 Como se observará, ora seu nome é escrito como "John Davis", ora "John Davies" ou, até mesmo, "John Daves". De todo modo, opto por citar tal como encontrei na fonte analisada. Trata-se, por certo, da mesma pessoa.

22 Jornal Resistência (Belém), ano 1, nº 1, março de 1978, "Como nasceu a Sociedade," 3. As palavras em caixa alta são do original.

23 Thiago B. Mesquita, "Uma estrada revela o mundo": o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2018), 223.

cercado uma lagoa que abastecia moradores locais, o que ocasionou protestos de cerca de 60 lavradores na região e o confronto que culminaria [em sua morte e a de seus dois filhos, Bruce e Mallory Davis]."[24]

Conforme informado pelo jornalista Lúcio Flavio Pinto, no evento, pouco mais de "40 posseiros foram presos e, segundo eles, espancados para confessar que participaram de uma emboscada. Deles, 23 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional." Ainda nas palavras do autor, somente "dois anos depois o crime foi desqualificado para a justiça comum, onde o processo se arrastou, como de praxe."[25]

É importante destacar que Mesquita relata que, de acordo com um "levantamento realizado pelo INCRA, foram identificadas cerca de 300 famílias de posseiros, nos cerca de 100 mil hectares de terras de John Davies". Essas pessoas, prossegue, estavam dispostas "a aceitar indenização na forma de áreas de 20 hectares, o que representava seis por cento das propriedades de John Davies". Conclui o autor, "Ele não aceitou a ideia".[26]

Conforme defende Airton Pereira, tais conflitos são consequência direta de uma "política econômica e desenvolvimentista do Governo Federal de ocupação dos 'espaços vazios' [que] mobilizou muitos empresários e migrantes pobres rumo à Amazônia em busca de terra, trabalho e de lucro."[27]

O jornalista Paulo Roberto Ferreira, que contribuiu ativamente com o jornal *Resistência,* não trata explicitamente desse caso específico em seu panorama histórico da entidade. No entanto, ele oferece uma avaliação abrangente do contexto da época, destacando o "Caso Capaz" como um evento-limite para a compreensão desse período. Diz o autor, em relação ao cenário da época (anos 1970),

24 MESQUITA, Thiago B. "Uma estrada revela o mundo": O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará, 2018, p. 249.

25 Disponível em: https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2016/07/04/o-caso-capaz/. Acesso em 15 nov. 2023.

26 Mesquita, "Uma estrada revela o mundo," 251.

27 Airton dos Reis Pereira, A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013), 42.

> O aumento do fluxo em direção à Amazônia cresceu ainda mais [além disso] a ditadura criou os incentivos fiscais e transformou a antiga Superintendência de Valorização da Amazônia (Spevea) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) [...]
>
> E assim criou as condições para atrair à região grandes grupos econômicos, representantes do capital financeiro, industrial e comercial [tais como] Volkswagen, Bradesco, Bamerindus e Andrade Gutierrez implantaram projetos agropecuários e de colonização no Estado do Pará, sem nenhuma tradição nessa atividade.
>
> [...]
>
> A SDDH surge, portanto, em meio ao clamor dos que choravam a perda das terras e do ambiente de viver e produzir.[28]

Como observado, em um contexto de rápidas e preocupantes transformações na região amazônica, especialmente no estado do Pará, não foi apenas esse evento relacionado à fazenda CAPAZ que serviu como catalisador para a criação da SDDH. Surgem, então, a indagação: quem eram as pessoas ou grupos envolvidos naquele processo?

Bernardo Kucinski afirma que sim, havia, por exemplo, participação importante do partido, então clandestino, PC do B. O autor, portanto, nos informa:

> Após a chacina da direção do PCdoB, na Lapa, em dezembro de 1976, e da repressão que se seguiu, alguns remanescentes do partido em Belém do Pará discutiram a idéia de criar uma associação de direitos humanos. Entre eles, o advogado Paulo Fonteles de Lima e o agrônomo Humberto Cunha [...] com o assassinato do fazendeiro americano John Davis na Amazônia, e a necessidade de garantir o direito de defesa aos posseiros acusados do crime, a idéia foi discutida e aprovada pelos remanescentes do partido, entre eles o próprio Paulo Fonteles e sua mulher, Hecilda Veiga Fonteles de Lima. Nasceu, assim, em agosto de 1977, a sociedade Paraense de defesa dos direitos humanos, um movimento de base da sociedade civil, com estatuto registrado em cartório e uma detalhada carta de princípios aprovada em assembléia geral – dirigida

28 Paulo Roberto Ferreira, "Tempos de Resistência," in Recortes da mídia alternativa: história e memórias da comunicação no Brasil, org, Karina Janz Woitowicz (Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009), 92.

> secretamente, desde a sua gestação, por esses quadros, oriundos do PCdoB. Além de lutar pelos direitos humanos e de disseminar a linha do partido, a sociedade contribuiria para a luta pela anistia e pela incolumidade dos presos políticos, que passou a prioritária no partido após a queda de parte de sua direção.29

Como foi possível notar, Kucinski menciona Paulo Fonteles de Lima e Hecilda Veiga Fonteles de Lima. Em uma biografia escrita para contar a história desse combativo advogado, Ismael Machado oferece informações adicionais sobre os bastidores da criação da SDDH. Segundo o jornalista, Paulo e Hecilda, assim como Humberto Cunha e Isabel Marques, após compartilharem os traumas das torturas infligidas nos "porões" da ditadura, reencontraram-se nos corredores da UFPA (Universidade Federal do Pará), na condição de estudantes, no ano de 1976. Foi a partir desse reencontro que começaram a cogitar a criação do que seria a SDDH. Vejamos, nas palavras do autor, como se deu esse processo:

> O PcdoB era o caminho mais lógico a seguir na cabeça deles, mas o partido havia sido destroçado com o Massacre da Lapa, onde algumas principais lideranças do partido [...] foram assassinadas [...]
>
> Os quatro serão os primeiros articuladores do que viria a ser a Sociedade [SDDH]. Principalmente Hecilda e Isabel. Foram elas que iniciaram uma campanha de ajuda a posseiros de uma fazenda chamada Capaz onde, para variar, havia ameaças, despejos e violência. Das primeiras reuniões com o intuito de auxiliar os posseiros surgiu a ideia de um desdobramento para uma entidade que atendesse a questões de garantias de direitos humanos.30

Portanto, a ideia de fundar a entidade teve motivação direta a terrível situação envolvendo a fazenda Capaz. No entanto, como pudemos observar, o autor acrescenta informações que geralmente não são encontradas nos diversos trabalhos e mesmo no site da entidade, ao mencionar nominalmente os

29 Kucinski, Jornalistas e revolucionários, 74-75.

30 MACHADO, Paulo Fonteles, 126-127.

quatro envolvidos mais diretamente na criação da SDDH que, pouco tempo depois, lançou o jornal *Resistência*.

De toda maneira, não será possível contemplar todo a complexa história da SDDH que, conforme já mencionei, ainda está na ativa. No entanto, nas palavras de Machado, a entidade "foi uma das principais vozes no Pará e no Brasil a se colocar de peito aberto contra a ditadura militar, lutando em todas as brechas possíveis pela anistia, pela abertura política, pelas eleições livres, pelo fim da tortura".[31]

Além disso, é possível encontrar no próprio jornal *Resistência* detalhes mais precisos a esse respeito. Ali, encontra-se a "Carta de princípios", bem como seu primeiro estatuto e outras informações que abordarei mais adiante.

O *Resistência:* alguns aspectos

Ao considerarmos um periódico alternativo, é importante levar em conta algumas nuances dentro dessa designação. Embora não seja meu objetivo neste texto realizar uma exaustiva análise do conceito "imprensa alternativa", é válido situar o jornal *Resistência* dentro do universo de periódicos que desafiaram a ditadura.

Bernardo Kucinski, por exemplo, oferece uma avaliação de que o termo "alternativo" possuía quatro características, dos quais dois são particularmente relevantes para nosso interesse. O autor destaca que esses jornais se distinguiam por fazer "[1] algo que não está ligado a políticas dominantes [e, 2] do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam."[32]

Cicilia Peruzzo, ao abordar a diversidade da comunicação alternativa, propõe uma divisão em "duas grandes correntes que [por sua vez] também têm seus desdobramentos", isto é, "comunicação popular alternativa e comunitária, e imprensa alternativa". No primeiro caso, resumidamente, a autora nos informa que "é constituída por iniciativas populares (para além de jornais) e

31 MACHADO, Paulo Fonteles, p. 127.

32 KUCINSKI, Jornalistas e revolucionários, 05.

orgânicas aos movimentos sociais. São experiências, comumente denominadas de comunicação participativa, dialógica, educativa, horizontal, comunitária ou radical."[33] Além disso, tal agrupamento surgiu e está vinculado à "à ação dos movimentos populares desde os anos 1970 e precedentes, portanto, *é típico do processo de reação aos ditames* da ditadura militar [...] sem menosprezar [...] a comunicação alternativa a serviço dos interesses dos trabalhadores [na primeira metade do século XX]."[34]

No que diz respeito ao segundo agrupamento, Peruzzo o nomeia de "corrente imprensa alternativa" que pode ser "ligada a organismos comprometidos com as causas sociais, mas com publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores; a imprensa político-partidária; a imprensa sindical combativa e o jornal alternativo"[35]. Para cada um desses segmentos, ela traz a seguinte classificação,

> Ao jornalismo alternativo de base popular cabem as características mencionadas na primeira parte do texto [isto é, à primeira corrente]. Ao jornalismo político-partidário e ao sindical compete tratar de assuntos de seus campos de atuação. Já o jornalismo alternativo de informação geral, importante segmento da imprensa brasileira tanto pela ousadia como pela forte perseguição, a qual culminou na sua extinção durante a ditadura militar, aponta para a questão da governança pública.[36]

Resumidamente, portanto,

> Embora tenha existido em outros momentos históricos, a imprensa alternativa marcou época durante o regime militar no Brasil com jornais que aspiravam por mudanças na sociedade. Ousaram apresentar conteúdos alternativos

33 Cecília M. K. Peruzzo, "Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço," Galáxia 17 (junho de 2009), 133.

34 Peruzzo, "Aproximações entre a comunicação popular e comunitária," 134.

35 Peruzzo, "Aproximações entre a comunicação popular e comunitária," 136.

36 Peruzzo, "Aproximações entre a comunicação popular e comunitária," 136.

> àqueles oferecidos pela grande imprensa então sob censura ou subserviente aos interesses do Estado de exceção.[37]

Diante do exposto anteriormente, nota-se o quanto pode ser diversa a noção de "imprensa alternativa". Ainda assim, peço licença ao/à leitor/a para introduzir o conceito elaborado pela historiadora Maria Aparecida de Aquino que, em clássico estudo, apresenta alguns elementos relevantes que trazem características intrínsecas ao jornal *Resistência*:

> A imprensa alternativa é uma opção na medida em que ocupa, de variadas formas, o espaço deixado pelo tipo de imprensa que segue o modelo convencional. Pode ser organizada em termos empresariais [...] ou como propriedade coletiva de um grupo de *jornalistas e representantes de grupos sociais diferenciados* [...] A alternativa *não se pretende neutra,* assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos como, por exemplo, *partidos*, sindicatos, *associações*, minorias raciais e sexuais, e mesmo entidades religiosas. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião. Sua sustentação financeira advém basicamente da venda em bancas ou de assinaturas.[38]

Considerando o que foi apresentado, observa-se que, embora compreenda-se, de modo geral, o que é a imprensa alternativa, existem peculiaridades e diferenças aqui e acolá, que estão profundamente relacionadas ao perfil do grupo criador de um impresso periódico ou ao seu direcionamento editorial. Nesse sentido, como podemos interpretar o *Resistência*?

Uma consideração que deve ser reforçada reside no fato de que foi publicado na região amazônica, historicamente estigmatizada pela distância em relação ao centro econômico, social e político.[39] Apesar de estar sujeita à mesma Ditadura Militar que assolava o país, pulsava na Amazônia demandas e dilemas

37 Peruzzo, "Aproximações entre a comunicação popular e comunitária," 134.

38 Maria Aparecida de Aquino, Censura, imprensa e Estado autoritário (1968–1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência — O Estado de S. Paulo e Movimento (Bauru: EDUSC, 1999), 122, os grifos são meus.

39 Neste caso, para que não fique mal compreendido, ao mencionar a região estigmatizada, baseio-me nas avaliações feitas por Pierre Bourdieu a respeito do tema, pois embora trate de uma questão

singulares. Por esta razão, trata-se de instigante exercício buscar compreender quais eram os temas de maior interesse daquele projeto.

Bernardo Kucinski realizou um expressivo levantamento em seu estudo sobre a imprensa alternativa, revelando a existência de algo em torno de 150 jornais[40], a maioria dos quais teve uma vida efêmera, isto é, "um em cada dois não chegava a completar um ano de existência."[41] Como já mencionado, o *Resistência* circulou de maneira mais ou menos contínua entre 1978 e 1983, destacando-se entre os poucos periódicos que, mesmo em meio a tantos desafios e adversidades, puderam dar certa continuidade ao seu projeto editorial.

O autor também disponibiliza um quatro listando todos os jornais com os quais teve contato. Diante disso, considero importante analisar a distribuição regional desses periódicos para compreendermos melhor o posicionamento do *Resistência* em meio às publicações da época, levando em conta seus respectivos contextos regionais.

diferente da minha, afirma que "[...] se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência." Pierre Bourdieu, "A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região," in O poder simbólico (Rio de Janeiro/Lisboa: Difel, 2000), 125–126.

40 O autor trabalha com o número preciso de 140 jornais, embora tenha mencionado na introdução "algo em torno de 150."

41 KUCINSKI, Jornalistas e revolucionários, 12.

Quadro 01 – Distribuição geográfica dos jornais alternativos brasileiros por região (1964-1980)

Região	Número de jornais	Porcentagem %
Norte	03	4,29
Nordeste	16	11,43
Centro-Oeste	01	0,71
Sudeste	90	64,29
Sul	27	19,29
Total	**140**	**100**

Quadro elaborado pelo autor.

Fonte: Bernardo Kucinski[42]

O quadro 01 oferece uma representação abrangente da distribuição regional dos *alternativos* no país. Nota-se considerável presença no Sul e Sudeste. No que tange à região Norte, é válido destacar que três dos seis periódicos regis-

42 É válido mencionar que Kucinski criou um quadro mostrando todos os títulos com os quais teve contato, seu ano de publicação, editor, cidade. Tal levantamento foi feito baseado em várias fontes, elencadas pelo autor da seguinte forma: Fontes: Anuário Brasileiro de Mídia, 1977; Catálogo da Imprensa Alternativa e Episódica do Brasil, Rio de Janeiro, 1979; Catálogo da Imprensa Alternativa, Rio de Janeiro, 1986; Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular, prefeitura do Rio de Janeiro; Arquivo Edgar Loenreuth, Campinas; Centro da Pastoral Vergueiro, São Paulo; Museu da Imprensa, Porto Alegre; arquivos particulares.

trados foram publicados no estado do Pará. Os alternativos paraenses, nomeadamente *Bandeira 3,*[43] *Resistência* e *Nanico*[44] foram lançados em 1975, 1978 e 1979, respectivamente, período de maior efervescência da imprensa de contestação da época. O mais duradouro de todos os três foi o *Resistência.* Segundo informações de Camila Barros e Rogério Almeida, "O *Bandeira 3* se desenvolveu em três fases, correspondendo a oito edições [números]"[45] com publicações feitas em 1975 e 1991 (neste ano, apenas um exemplar foi lançado). O *Nanico,* por sua vez, publicou apenas nove números entre 1979 e 1981.[46]

No tocante à tiragem, ao número de edições e ao corpo e projeto editorial do periódico, é importante dedicar especial atenção a partir das informações provenientes de três fontes em especial: o jornal *Resistência* propriamente dito, bem como as produções textuais dos jornalistas e ex-colaboradores Luiz

43 Segundo informações do "Catálogo da Imprensa Alternativa" organizado pelo Arquivo da Cidade do rio de Janeiro, o Bandeira 3 foi "Jornal informativo, formato 39 X 28cm, em preto e branco, tablóide off-set, vinte e quatro páginas, tiragem de 3.000 exemplares, semanal, editado em Belém, PA. Editora: Tapajós. Editor: Lúcio Flávio Pinto. Redatores: Nélio Palheta, Kátia Mendonça, entre outros. O jornal tem como principais assuntos uma visão crítica sobre a ocupação e a devastação da Amazônia, além de outros problemas enfrentados pelos moradores de Belém." (p. 18). Disponível em: http://wwwo.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/catalogo_imprensa_alternativa.pdf Acesso em 19 abr. 2024.

44 Nanico - Núcleo de apoio de notícias e idéias de comunicação foi um "Jornal estudantil, em preto e branco, off-set, formato 38 X 30cm, dezesseis páginas. Editado em Belém, PA. O número 0 é de maio de 1979, a edição número 8 do ano 3 é de maio de 1981. O jornal aborda assuntos como política, universidade, comunicação e movimento estudantil." Disponível em: http://wwwo.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/catalogo_imprensa_alternativa.pdf Acesso em 19/04/2024, p. 103. Acesso em 19 abr. 2024.

45 Rogério Almeida e Camila Barros, "Bandeira 3: impresso alternativo na Amazônia em tempos de ditadura," Revista Brasileira de História da Mídia 2, no. 1 (2013), 71.

46 KUCINSKI, Jornalistas e revolucionários, 86.

Maklouf Carvalho[47] e, do já citado Paulo Roberto Ferreira.[48] As informações ali contidas fornecerão valiosos subsídios sobre a trajetória, alcance e orientação editorial do periódico, contribuindo para uma compreensão mais precisa de suas atividades.

Como mencionado anteriormente, durante o período de publicação regular, entre 1978 e 1983, foram lançadas 61 edições. Esse número substancial de edições reflete o notável sucesso do periódico em comparação com os outros jornais mencionados anteriormente, bem como a maioria dos jornais alternativos, que frequentemente tinham duração efêmera.

Quando se observam os números concernentes à tiragem, por exemplo, há considerável oscilação que, por sua vez, corresponde às crises financeiras, administrativas e às divergências entre seus membros. Ainda assim, Luiz Maklouf Carvalho informou em 1985 (no calor do momento, logo após sua saída, aparentemente conturbada, do jornal), que no contexto dos anos de 1978 a 1983,

47 Luiz Maklouf Carvalho foi um jornalista paraense, falecido em 2020. Atuou como principal editor do jornal entre 1978 e 1983. A fonte aqui utilizada foi publicada em 1985, promovida pela Secretaria Municipal de Educação Cultura do Rio de Janeiro, sob gestão da historiadora Maria Yedda Leite Linhares, por meio da RioArte e do "Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular". Tratava-se da "Antologia ano 2 – Prêmio Torquato Neto". Um dos textos selecionados é de autoria do jornalista Luiz Maklouf Carvalho, que descreve sua visão sobre a história, do jornal Resistência. Foi agraciado pelo "Prêmio Vladimir Herzog" por quatro vezes (individual e coletivamente), enquanto dirigia o periódico belenense. Mais tarde, construiu longa carreira como jornalista no Sudeste, além de se destacar como escritor de obras importantes, tais como: "Mulheres que foram à Luta Armada" (1998, vencedor do prêmio Jabuti); "Já vi esse filme – reportagens (e polêmicas) sobre Lula e/ou PT" (vencedor do prêmio Jabuti); "Contido a bala – a vida e a morte do advogado Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará" (1994); "O Coronel Rompe o Silêncio, sobre a Guerrilha do Araguaia"; "Cobras Criadas"; "O cadete e o capitão: A vida de Jair Bolsonaro no quartel" (2019).

48 Jornalista paraense de extensa trajetória profissional, começou sua carreira em 1975, no jornal alternativo Bandeira 3 e depois no Liberal de Belém, além de contribuir para diversos outros periódicos, bem como ter trabalhado na televisão e no rádio. Participou da fundação da SDDH, assim como atuou no jornal Resistência assumindo, inclusive, a direção administrativa num dado momento da história do periódico. Escreveu em coautoria a obra "O homem que tentou domar o Amazonas – biografia do cientista Felisberto Camargo, polêmico, ousado e futurista" (2011). Também é autor da obra "A censura no Pará – a mordaça a partir de 1964. Registros e depoimentos" (2015). Para este trabalho, destaco o artigo "Tempos de Resistência" (2009) como fonte, escrito pelo autor, que transita entre história e memória, levando em consideração sua participação no jornal belenense aqui em análise.

> a tiragem inicial foi de 2 mil exemplares, chegando a 5 mil na edição nº 5 (apreendidos 4.500 exemplares) e variando entre 3 e 5 mil em certo período. A edição nº 14 tirou 7 mil exemplares – mas não vendeu metade [...] Nos últimos meses variou entre 1.500 e 3 mil exemplares, com muita sobra.[49]

Paulo Roberto Ferreira, por sua vez, relata que inicialmente "oscilou entre 2 mil e 5 mil exemplares. Mais de 500 exemplares eram distribuídos gratuitamente aos movimentos sociais [...] Na fase quinzenal, chegou a vender até 3,5 mil exemplares por edição."[50]

Como veremos, *Resistência* enfrentou desafios em sua produção, recorrendo a diversas gráficas, conforme as circunstâncias, o que indica certa dificuldade em garantir sua impressão de forma consistente. No entanto, de acordo com Paulo Roberto Ferreira[51] e Luiz Maklouf Carvalho,[52] a entidade responsável pelo jornal obteve uma doação de uma empresa alemã que proporcionou a instalação de um projeto gráfico. Embora seja uma questão complexa e mereça uma análise mais detalhada, tentarei resumi-la, pois parece ser fundamental para uma compreensão mais profunda daquele projeto.

Paulo Roberto Ferreira relata que até o quinto número, o jornal foi impresso na gráfica "da Escola Salesiana do Trabalho, cujo chefe era o gráfico Paulo Rocha."[53] Foi nessa escola que ocorreu a apreensão direta (empastelamento) do quinto número lançado pelo *Resistência.* De acordo com o jornalista, "[...] o periódico mensal foi apreendido ainda na gráfica [...] no bairro da Pedreira, em Belém, em agosto de 1978. O gerente da gráfica e instrutor dos alunos era

49 Luiz Maklouf Carvalho, "Apontamentos para uma história do Jornal Resistência," in Antologia Prêmio Torquato Neto (Rio de Janeiro: RioArte, 1985), 91.

50 FERREIRA, "Tempos de Resistência", 103.

51 FERREIRA, "Tempos de Resistência", 103.

52 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência.

53 FERREIRA, "Tempos de Resistência", 93.

[...] Paulo Rocha,[54] que foi levado detido para a sede da Polícia Federal."[55] Carvalho, por sua vez, menciona que em virtude da apreensão do jornal na edição número 5, "as gráficas locais não aceitam imprimir o jornal. **Resistência** é impresso em São Paulo e em São Luís [MA]."[56]

Diante de tais informações, somadas às evidências extraídas do próprio jornal, o quadro abaixo nos permite visualizar melhor os lugares e os nomes das gráficas que imprimiam o periódico.

Quadro 02 – Gráficas/Editoras responsáveis pela impressão do jornal Resistência (1978-1983)

Editora	Data Inicial (Mês/ano)	Data Final (Mês/Ano)	Local
Gráfica Salesiana	Fevereiro/78	Agosto/78	Belém-PA
Off set artesanato gráfico Tiagão	Dezembro/78	Dezembro/78	Santarém-PA
Gráfica Anunciação	Janeiro/79	Janeiro/79	São Luís-MA
Pat – public. Assist. Técnica ltda.	Fevereiro/79	Fevereiro/79	Pinheiros-SP
Mitograph Editora ltda.	Julho/79	Maio/81	Belém-PA
Smith Produções gráficas ltda.	Agosto/81	Dezembro/81	Belém-PA
Suyá Produções gráficas ltda.	Fevereiro/82	Setembro/83	Belém-PA

Quadro elaborado pelo autor.

Fonte: Jornal *Resistência.*

54 Foi Deputado Federal e Senador pelo PT/PA.

55 Paulo Roberto Ferreira, A censura no Pará: a mordaça a partir de 1964 (registros e depoimentos) (Belém: Paka-Tatu, 1ª ed., 2015), 166.

56 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 86, palavra em destaque do original.

Na trama tumultuada da trajetória do jornal, o quadro acima ilustra os desafios enfrentados até meados 1979. Após devastador empastelamento que "varreu" maior parte da edição número 05, ainda impressa nas prensas da "Gráfica Salesiana", os responsáveis pelo jornal passaram por dificuldades, conforme assinalado anteriormente por Luiz Maklouf Carvalho. Contudo, quando direcionamos nosso olhar ao período que se estende de julho de 1979 a maio de 1981, há certa estabilização na questão gráfica. Nesse intervalo de tempo, a "Mitograph Editora Ltda", sediada em Belém, assumiu a responsabilidade pela impressão do *Resistência.* O que teria contribuído para essa estabilização durante esse período?

A apreensão da edição número 5 do jornal foi devastadora para aquele projeto, não apenas pelo ato violento em si, mas também pelas dificuldades subsequentes enfrentadas para imprimir o *Resistência* em Belém, dada a repercussão do caso. Além disso, houve a apreensão de 90% do número de exemplares naquela ocasião. Entretanto, Carvalho informa que após tal incidente,

> cresce a solidariedade em torno do jornal, garantindo apoio para mais edições. E, mais importante que tudo, em conseqüência da violência sofrida, a entidade tem possibilidades de solicitar uma gráfica a entidades beneméritas do exterior, solidárias com o jornal, e preocupadas com a dificuldade imediata para imprimir o jornal.[57]

Pelo que é possível abstrair das informações fornecidas pelas fontes (Ferreira, Carvalho e o jornal), após o empastelamento da edição número 5, a SDDH pleiteou, por meio de um projeto, a "Gráfica Resistência" junto à entidade alemã *Brot Fur Diet Welt* (Pão para o Mundo)[58]. Dois anos depois (1980), tal ação foi contemplada.[59] Vejamos, a seguir, as informações encontradas no próprio periódico:

57 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 85.

58 Segundo informações retiradas do website oficial da entidade, trata-se de uma "organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha" e que foi criada em 1959. Disponível em: https://www.brot-fuer-die-welt.de/pt/pao-para-o-mundo/. Acesso em 25 abr. 2024.

59 O valor, segundo Carvalho, correspondeu a monta de 300 mil marcos alemães.

> Há quase dois anos, logo após a apreensão da edição no. 5 do "Resistência", a SDDH — Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos solicitou a Brot Fur Die Welt (Pão Para o Mundo), entidade alemã de ajuda ao Terceiro Mundo, uma gráfica Off-set. Durante esse período houve uma intensa troca de correspondência no sentido de dotar aquela entidade de todas as informações solicitadas. Consultas foram feitas também a outras organizações
>
> a respeito do caráter e seriedade de nossa entidade. Finalmente o projeto foi aprovado por duas outras organizações também alemães, a quem o mesmo foi repassado: a Ked e Kom Kom.[60]

Nesse contexto, o *Resistência* conseguiu financiamento para adquirir equipamentos, porém, enfrentava dificuldades em relação ao espaço físico ou uma infraestrutura mais robusta para comprar material de consumo, por exemplo. Diante disso, a SDDH lançou uma campanha em busca de financiamento, detalhando os valores necessários para execução de tal tarefa: "Para aquisição de um prédio, compra de material para estoque e contratação de pessoal técnico, necessitamos de 2 milhões de cruzeiros."[61]

Em continuidade ao que foi mencionado anteriormente, Paulo Roberto Ferreira relata que, após vencida a etapa do projeto e, levando em consideração a doação recebida para a compra de equipamentos, iniciou-se o processo para a aquisição do espaço físico, quando "associados e simpatizantes se lançaram à luta. Mas antes mesmo de conseguir todo o recurso, foi alugado um prédio, adquiridas máquinas usadas e montado o parque gráfico. Começou um novo tempo no jornal 97)."[62]

Menos entusiasmado foi o relato de Luiz Maklouf Carvalho. Sua visão a respeito dessa questão indica que, mesmo após expressiva conquista, a resolução para a instalação da gráfica não ocorreu sem divergências. Em suas palavras,

60 Jornal Resistência (Belém, PA), ano 3, nº 5, março de 1980, 2.

61 Jornal Resistência (Belém, PA), ano 3, nº 5, março de 1980, 2.

62 FERREIRA, "Tempos de Resistência", 97.

> O caso da gráfica é mais complexo. Dois anos depois que o projeto foi enviado para as entidades financiadoras, o dinheiro [...] chegou. As máquinas foram compradas no próprio Estado [do Pará]. Algum tempo depois de um *atabalhoado processo de discussão na entidade proprietária da gráfica*, resolveu-se, por maioria, que a SPDDH arrendaria a gráfica para uma empresa, com três sócios (dois membros da diretoria e uma pessoa ligada ao jornal). A empresa presta contas com a entidade, que tem direito a metade dos lucros. A gráfica, além de imprimir o **Resistência,** funciona comercialmente. Mesmo com essa facilidade, o projeto do jornal sucumbiu.[63]

Nota-se que, embora bem-sucedido, parece que houve certa dificuldade em resolver a efetiva implantação da gráfica. Quando observamos os nomes das gráficas responsáveis pela impressão do periódico, a coisa fica um pouco confusa, pois como vimos no Quadro 02, entre meados de 1979 e o final de 1983, três gráficas foram responsáveis por sua produção (Mitograph Editora Ltda., Smith Produções Gráficas Ltda., Suyá Produções Gráficas Ltda.).

De qualquer maneira, todas elas tinham sede em Belém-PA. A seguir, apresento um quadro que nos ajuda a visualizar melhor a data de criação de cada uma delas:

63 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 87, grifos em itálico são meus. Palavra em destaque, do original.

Quadro 03 – Gráficas responsáveis pela impressão do jornal *Resistência* após a instalação do parque gráfico

Empresa	Data de Criação	Cidade
Mitograph Editora Ltda.	28/09/1974	Belém-PA
Smith Produções Gráficas Ltda.[64]	27/05/1981	Belém-PA
Suyá Produções Gráficas Ltda.[65]	05/11/1981	Belém-PA

Quadro elaborado pelo autor.

Fonte: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br.

Como vimos anteriormente, Carvalho informa que após a compra dos equipamentos (em 1980), a SDDH arrendou a gráfica para uma empresa com sócios que faziam parte do periódico, juntamente com um "simpatizante". Entretanto, não se sabe ao certo as razões pelas quais houve outras duas gráficas responsáveis. Isso pode indicar as dificuldades das empresas em fazer o projeto ser bem-sucedido, tal como aponta o próprio jornalista ao final de sua avaliação a respeito da gráfica, isto é, de que, mesmo em posse de todo aquela estrutura, o "jornal sucumbiu".

Lamentavelmente, não possuo elementos suficientes hoje para compreender melhor tal questão, após a instalação da gráfica do *Resistência*. Ainda assim, é um tema que merece ser mais bem averiguado, justamente para que haja uma compreensão aprofundada sobre a difícil tarefa empreendida pela

64 Segundo informações colhidas no site do jornalista Lucio Flavio Pinto, "Smith Produções Gráficas" foi de propriedade de seu cunhado, Antônio Maria Zacharias Smith Mesquita, falecido em 2020 vítima da COVID-19. Ao que me parece, a gráfica ainda está em atividade, na cidade de Belém-PA. Disponível em: https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2020/04/23/smith-o-grafico/. Acesso em 25/04/2024.

65 Para o caso da "Suyá", Paulo Roberto Ferreira informa que, na ocasião de uma invasão dos agentes da Ditadura Militar (em outubro de 1982), era gerente da gráfica (FERREIRA, "Tempos de Resistência", 102).

SDDH e todos/as que se envolveram naquele projeto editorial. Conforme assinalou o próprio Luiz Maklouf Carvalho, não era comum um impresso alternativo possuir uma gráfica própria. Em outros temos, é uma conquista significativa, mas que pode indicar também toda uma dificuldade em tocar aquele projeto financeira e administrativamente.

Desafios de um projeto editorial

Kucinski classifica *Resistência* como um jornal marcado pelo apelo à anistia. A este respeito, inclusive, intitulou um tópico de sua obra, "Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa" da seguinte forma: "Os jornais da anistia: *Resistência*".[66] É válido pontuar que, embora haja relação entre o momento do surgimento do periódico e a pressão em favor da anistia (fruto da forte atuação da SDDH no Pará), o alternativo belenense não pode ser compreendido como um "jornal pela anistia".

Conforme informa Paulo Roberto Ferreira,

> [...] a direção do SDDH decidiu criar um veículo de comunicação, com o objetivo de difundir as notícias que a grande imprensa, por conveniência, autocensura e até mesmo por imposição da censura oficial, não publicava [isto é, as] denúncias, sofrimentos e lutas dos que enfrentavam a nova ordem na Amazônia raramente eram publicadas.[67]

Como observado, Ferreira considerava que *Resistência* tinha como principal preocupação as questões relacionadas à Amazônia. Evidentemente, considerando que a própria SDDH organizou um comitê em favor da anistia, não se pode desvincular completamente um do outro. No entanto, embora o periódico tivesse sido gestado e administrado pela entidade, sua área de atuação e propósito não podem ser resumidos à luta pela anistia.

66 KUCINSKI, Jornalistas e revolucionários, 74.

67 FERREIRA, "Tempos de Resistência", 92-93.

Consideremos, por exemplo, os exemplares publicados no contexto da campanha pela anistia, isto é, entre 1978 e 1979 (e mesmo após a promulgação da lei da Anistia).[68] Observou-se a seguinte recorrência de editoriais ou artigos a respeito do tema:

Quadro 04 – Recorrência do tema "Anistia" no jornal *Resistência* (1978-1980)

Título	Tipo de texto	Edição	Mês/Ano
Anistia ampla e irrestrita	Editorial	01	Março/1978
A anistia na Assembleia	Nota	04	Julho/1978
"Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil!"	Editorial	04	Julho/1978
Anistia	Entrevista	07	Dezembro/1978
Anistia	Nota	08	Janeiro/1979
Anistia – repúdio à mais nova farsa da ditadura	Editorial	09	Fevereiro/1979
Anistia – trabalhadores não foram anistiados	Artigo	03	Novembro/1979
Comitê de anistia exige reintegração dos anistiados	Artigo	11	Abril/1980

Quadro elaborado pelo autor.

Fonte: jornal *Resistência*.

68 Trata-se da Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Como demonstrado, houve oito textos que debateram precisamente a anistia entre os anos de 1978 e 1980, ou seja, um número que não pode ser chamado necessariamente de expressivo. No entanto, era debatido, afinal de contas, tratava-se de um tema candente, de irrepreensível importância, que não poderia prescindir de debate. Dessa totalidade, três deles foram publicados como editoriais, os quais devem ser compreendidos como o espaço dedicado pelo impresso periódico para expressar sua opinião oficial sobre um tema relevante. Nas palavras de Luiz Beltrão,

> Não é o que *eu* penso o que exprimo no editorial, mas o somatório do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal. Este pensamento que eu – como encarregado de colaborar e redigir o editorial – tenho de exprimir se origina na política editorial, ou seja, na linha filosófico-prática daquele grupo mantenedor e administrador do periódico[69]

Não é meu intento fazer análise do conteúdo dos editoriais do jornal neste momento, mas a citação acima ajuda a compreender, e reforço isso, que, embora a anistia fosse um tema significativo naquele momento, o *Resistência* dedicou atenção a vários outros aspectos do mundo social em que estava inserido. Em todo caso, como mostrarei adiante, levando em consideração a avaliação de alguns de seus colaboradores remanescentes, parece ter havido discordâncias no que tange ao direcionamento do projeto editorial do periódico.

Ao abrir a primeira edição do *Resistência,* deparamo-nos com a apresentação de uma "carta de princípios" elaborada no seio da SDDH e publicada no jornal. Não se tratava necessariamente de um programa editorial (indicando, de início, a dificuldade de separar a entidade do periódico). No entanto, oferece um indicativo das intenções editoriais do periódico, pois contém informações significativas sobre as preocupações da entidade. Para o presente momento, é relevante destacar o cerne de seus objetivos. Vejamos, a seguir

69 Luiz Beltrão, Jornalismo opinativo (Porto Alegre: Sulina, 1980), 52, os grifos são do original.

> A Amazônia vive momentos de grande angústia. Seu povo assiste, hoje, a destruição de todo um sistema de vida, onde todas as riquezas produzidas em milênios pela natureza estão sendo irremediavelmente devastadas em função de interêsses alienígenas, em detrimento do próprio homem amazônico.
>
> O homem amazônico é aviltado, enganado, martirizado [...] é expulso da terra pela expansão das novas fazendas [...]
>
> Submetido a opressão moderna, o homem comum deixa de ser cidadão e se torna simples habitante; não participa dos problemas de sua comunidade, não tenta resolvê-los; como consequência é indiferente aos apêlos de solidariedade humana, sendo causa dessa miséria social o fato consumado de que a esse habitante foi atribuído um mero papel de produtor e consumidor de mercadorias [...][70]

Além da "carta", foram delineados quinze objetivos pelos quais o projeto de defesa dos direitos humanos da SDDH (incluindo o jornal) deveria se posicionar. Em alguns deles, pode-se notar enfrentamento mais direto contra a Ditadura Militar, como nos tópicos que versavam sobre a "liberdade de pensamento", "inviolabilidade de domicílio", além de outras ações relacionadas à arbitrariedade violenta do Estado autoritário (prisões arbitrárias, torturas e mortes).[71]

70 Jornal Resistência (Belém, PA), ano 1, nº 1, março de 1978.

71 Os quinze pontos norteadores eram: "1 – Moradia dotada de serviço planejado de água, esgoto e luz elétrica; 2 – Emprego compatível com a dignidade humana. Salário justo e satisfatório; amparo ao desemprego; 3 – Ensino público gratuito em todos os níveis; 4 – Saúde; 5 – Direito a formação de organizações de bairro e classes; 6 – Acesso a terra e demais condições de produção ao homem rural que dela necessita para trabalhar e manter sua família; 7 – Liberdade de pensamento, opinião, expressão, reunião, associação e convicção político-filosófica; 8 – Creches, áreas de lazer acessível às crianças e adultos; 9 – Restabelecimento do Instituto de Habeas Corpus de modo amplo; 10 – Anistia ampla e irrestrita às pessoas punidas por motivos ideológicos, políticos, anseio popular legítimo; 11 – Inviolabilidade de domicílio, sigilo absoluto na correspondência e comunicação telefônica; 12 – Ninguém será arbitrariamente prêso, detido ou exilado; 13 – Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano, ou degradante; 14 – Ninguém será condenado a morte; 15 – Respeito e garantia de eleições periódicas e livres por sufrágio universal e secreto." Jornal Resistência (Belém, PA), ano 1, nº 1, março de 1978.

Se, conforme já foi mencionado, o *Resistência* não foi criado exclusivamente em virtude da pauta da anistia, quais eram seus maiores objetivos, efetivamente? Já pudemos observar aqueles da SDDH que, por sua vez, reverberavam nas páginas do jornal. Entretanto, a confusão entre um e outro não trouxe certo prejuízo ao jornal? O jornal resistia a quem? Ao quê?

Tais questões podem parecer triviais à primeira vista, afinal, já pude mostrar que se tratava de um *alternativo*, criado no contexto de uma ditadura, contra o pensamento hegemônico. No entanto, ao observarmos mais de perto, notaremos dificuldades significativas por parte das pessoas envolvidas em relação à pauta editorial, tanto na SDDH, quando no jornal (que, repito, se confundiam). Isso trouxe, em certa medida, certo prejuízo para um projeto que poderia ter sido ainda mais bem-sucedido e longevo. Pelo menos é o que acreditava Luiz Maklouf Carvalho.

Carvalho menciona vários aspectos relacionados ao projeto do jornal *Resistência*. É importante destacar, outra vez, que ele foi o editor-chefe do jornal durante todo o período de 1978-1983, mas não deixou de demonstrar forte descontentamento ou aguçadas críticas àquela jornada, apontando múltiplos problemas (gestão, de ordem financeira, confusão entre SDDH e Corpo Editorial do periódico, etc.). Como não posso tratar de todas essas questões agora, destaco ao menos quais eram suas impressões precisamente relacionadas à linha editorial. É relevante relembrar que o texto foi escrito em 1984 e publicado em 1985, portanto, ainda no calor do momento.

Antes de prosseguir, é importante compreender o modo como o jornal era organizado. Segundo Carvalho, inicialmente, "o editor do jornal era eleito em assembléia geral da entidade [SDDH], na mesma chapa da diretoria [...] Havia um processo democrático de tomada das decisões importantes" O jornalista, contudo, indica que também havia certa instabilidade no processo, posto que "algumas vezes [restringia] o poder decisório a pouquíssimas pessoas."[72]

É interessante notar que Carvalho deu uma entrevista a Bernardo Kucinski e mencionou, inclusive, que sua própria indicação como editor do jornal foi influenciada por uma ação do PCdoB. Cito o fragmento, a seguir:

72 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 87.

> Já na assembléia que aprovou a fundação do novo jornal, chamado Resistência, revelou-se um método paradigmático de instrumentalização política então adotado pelo PCdoB. Para dirigir o jornal, havia um candidato forte entre os membros da sociedade: o jornalista Raimundo José Pinto, irmão de Lúcio Flávio Pinto. A direção do partido "inchou a assembléia com dezenas de estudantes simpáticos ao PCdoB, que nunca tinham participado antes", e assim elegeram, para editor do Resistência, Luiz Maklouf Carvalho, jornalista da imprensa convencional, simpatizante do partido.[73]

Isso aponta ao menos três forças em torno do jornal: PCdoB e seus afiliados, a SDDH (que não se resumia ao partido) e o núcleo no interior do *Resistência* (que buscava certa autonomia). O próprio Carvalho fará duras críticas à interferência do partido comunista do Brasil no projeto editorial do jornal. Para ele, a linha política e editorial era a parte mais delicada do periódico. Em uma frase de impacto, ele expressava sua concepção a respeito do tema: "Resistência nunca teve um programa político-editorial claro que o definisse como um jornal."[74] Em seguida, o jornalista elabora ainda mais, afirmando, por exemplo, que

> Todas as vezes, o que se chamou de programa foram simples listagens de palavras de ordem democráticas, sem uma definição do seu significado concreto em cada conjuntura. O país passou por momentos diferentes, mudou várias vezes, mas o jornal não conseguiu acompanhar essas modificações de forma organizada.[75]

É interessante observar que Paulo Roberto Ferreira não adota, pelo menos nas referências aqui em análise, a mesma perspectiva que Carvalho. Sua visão parece mais otimista. Pode-se observar isso no fragmento a seguir, quando reforça a ideia de luta contra a ditadura como elemento central dentro daquele projeto. Em suas palavras, foi "para se contrapor ao discurso único,

73 KUCINSKI, Jornalistas e revolucionários, 75.

74 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 92. Palavra em destaque do original.

75 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 92

imposto pela ditadura, que surgiu [...] o *Resistência* [...] O periódico assumiu um lado, o lado dos que não tinham vez nem voz."[76]

Em outra referência, Ferreira também apresenta uma visão positiva a respeito do processo de criação do jornal. Vejamos,

> Após um ano de funcionamento [...] a direção da SDDH decidiu criar um veículo de comunicação, com o objetivo de difundir as notícias que a grande imprensa, por conveniência, auto-censura e até mesmo por imposição da censura oficial, não publicava. As denúncias, sofrimentos e lutas dos que enfrentavam a nova ordem na Amazônia raramente eram publicadas.[77]

Carvalho informa, contudo, que "só em julho de 81, depois de quatro meses de acirradas (mas nem sempre muito mobilizadas) discussões, é que **Resistência** vai ter *algo como* um programa."[78] Como podemos supor, o jornalista fez agudas críticas ao que foi exposto pelo jornal, embora fosse seu editor-chefe, o que indica, mais uma vez, como um projeto editorial – qualquer que seja – não pode ser compreendido como uma perene calmaria e que existem disputas significativas em seu interior.

Decidido em assembleia no mês de julho e publicado em agosto de 1981, o que importa aqui é apresentar ao menos os seis pontos do programa que, por sua vez dividem-se em 37 "frases-tópicos". Portanto, diz o título da chamada no jornal:

> SDDH aprova programa político do "Resistência"
>
> Num processo de discussão iniciado em março e completado no último mês de julho, a Assembléia Geral da SDDH aprovou o novo programa pelo qual se pautará o "Resistência". Mais um passo efetivo pela frente democrático-

76 FERREIRA, A censura no Pará, 165, os grifos são do original.

77 FERREIRA, Tempos de Resistência, 92-93.

78 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 92, os grifos em itálico são meus. Palavra em destaque do original.

> popular, contra o regime militar o programa consegue unificar todas as correntes democráticas.[79]

Quanto aos pontos, eram eles "Política internacional"; "Política Nacional"; "Política Sindical"; "Questão Agrária"; "Questão Popular" e "Questão Regional". Na impossibilidade de listar todas as frases aqui, pode-se dizer que o segundo ponto conglomerava maior número de pautas (19). Para o último ponto, com foco na Amazônia, por exemplo, havia apenas duas pautas. De todo modo, Carvalho expressou enorme descontentamento a este respeito, como podemos observar:

> Seguia-se o "programa" [...] Nenhum texto de abertura, nenhuma explicação, apenas a listagem de 37 palavras de ordem democrática, todas justas, sem dúvida alguma, mas nem todas comprovando a afirmação do jornal, de que "contra o regime o programa conseguia unificar todas as correntes democráticas."[80]

Se, por um lado, deve-se considerar o momento e o lugar de fala do jornalista, como partícipe de todo aquele processo e, aparentemente, insatisfeito com os rumos que o jornal tomou, não se pode negar que havia de fato uma certa confusão no interior do periódico. Aprovado em assembleia da SDDH, parecia, efetivamente, que um não se descolava totalmente do outro. Adicionalmente, Carvalho informava que todo aquele projeto foi severamente prejudicado quando cresceu em seu interior aquilo que ele chamou de "unilateralidade", que acabou "transferindo para suas páginas [...] lutas internas de partidos obrigados à clandestinidade, algumas vezes com o baixo nível político predominando e com questões pessoais evidentes."[81]

79 Jornal Resistência (Belém, PA), ano 4, nº 28, agosto de 1981, 2.

80 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 93.

81 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 93.

Trata-se, como notamos, de sonora crítica à interferência de partidos no interior da redação. O jornalista ponderava que, embora naquele contexto tivesse sido importante a participação de partidos clandestinos nos alternativos, uma vez que contribuíam, "na medida de suas forças ou interesses, para a luta desses jornais", por outro lado, houve aspectos que trouxeram prejuízos ao jornal. Na impossibilidade de listar todos os seus argumentos, é importante destacar ao menos um exemplo trazido por ele. Vejamos, a seguir:

> Várias vezes os interesses partidários desta ou daquela corrente sobrepunham-se aos interesses que a entidade definiu para o jornal [...] o noticiário do jornal privilegiou fartamente a cobertura sobre a guerrilha do Araguaia (dirigida pelo PC do B, no sul do Pará, entre 72 e 74) [...] outras formas de luta semelhantes, encaminhadas por outros partidos, não tiveram a mesma atenção.[82]

O antigo editor do jornal pondera, ainda, aspectos positivos daquela cobertura, ao mencionar, por exemplo, que o *Resistência* talvez estivesse entre "os jornais que mais publicaram matérias sobre o assunto (muitas delas resultado de viagens à região, e de um esforço [...] em si interessantes)". Entretanto, conclui seu raciocínio a este respeito com mais uma dura crítica. Em suas palavras, "muitas delas [matérias] forçando a 'criação' da notícia, e refletindo a hegemonia de uma posição partidária [do PcdoB]."[83]

Duas outras considerações merecem ser feitas a este respeito, que nos levam a um universo bastante complexo, que foi o da imprensa alternativa. O primeiro deles se assenta no fato de que foi justamente pela reportagem a respeito da Guerrilha do Araguaia, intitulada "Granada do exército Mata e mutila lavradores" (abril de 1980), que o *Resistência* e, especificamente Luiz Maklouf Carvalho, ganhou o "Prêmio Vladimir Herzog" pela segunda vez. O texto foi assinado pelo então editor do periódico.

82 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 89.

83 CARVALHO, Apontamentos para uma História do Jornal Resistência, 89.

De qualquer maneira, a segunda consideração a ser feita reside no fato de que, efetivamente, as disputas em torno do PC do B e outros grupos no interior do jornal refletiram em suas páginas. Para exemplificar, um mês depois da premiada reportagem anteriormente citada, isto é, em maio de 1980, o *Resistência* publicou uma entrevista com Wladimir Pomar, que trazia o título: "Guerrilha do Araguaia: as divergências do PC do B". Notam-se, portanto, os ruídos, que efetivamente existiam e que promoveram certo descompasso no interior do jornal que, ainda assim, durou por mais três anos em seu formato original.

Carvalho elencou outros vários exemplos que atrapalhavam o direcionamento editorial do jornal, bem como sua administração, mas que não é possível abordar profundidade aqui. De qualquer maneira, é importante ressaltar que Kucinski[84] foi enfático ao afirmar que a principal razão que levou a extinção do periódico foi a briga no interior do PC do B. Paulo Roberto Ferreira discorda dessa percepção, afirmando categoricamente que o término do jornal se deu por variadas razões e não pode ser reduzida a tal percepção, posto que isso nos leva a "crer que todos os integrantes do jornal eram militantes do PC do B e sua dissidência."[85]

Bernardo Kucinski, como mencionado, baseou suas conclusões principalmente a partir da entrevista que fez com Luiz Maklouf Carvalho, bem como a mesma fonte, aqui por mim analisada, publicada em 1985. Embora sejam fortes os indícios de que – efetivamente – as brigas no interior do PC do B levaram o jornal a sucumbência, o autor não parece ter considerado o "calor do momento" em que o texto foi escrito. Isso porque é evidente o desapontamento por parte de Carvalho pelos rumos que o periódico tomou, mas, ao mesmo tempo, ele foi o editor-chefe durante todo o período e era um partícipe ativo naquele processo (notadamente permeado por conflitos).

84 KUCINSKI, Jornalistas e revolucionários, 76.

85 FERREIRA, "Tempos de Resistência," 103.

Considerações Finais

A Ditadura Militar do Brasil vigorou por longas duas décadas. Sua violência ainda se faz sentir na memória nacional. Naquele contexto, embora efetivamente buscasse o controle da informação por meio de seus mecanismos, uma parte da sociedade resistiu. Foi nesse contexto, como vimos, que surgiram uma miríade de impressos periódicos com o intuito de divergir das ideias então dominantes.

O jornal *Resistência* foi um belo exemplo de um periódico que surgiu para se posicionar contrário a vários dos problemas que ocorriam, tanto em nível regional, quanto nacional. Seu surgimento se deu por meio da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) refletindo a forte agência dos sujeitos ali envolvidos. É importante enfatizar novamente que esses indivíduos estavam na região amazônica, em Belém, e buscaram tratar de temas e contradições relacionadas a essa região.

Ainda assim, como tentei demonstrar, o projeto como um todo não esteve isento de disputas e conflitos internos. A confusão que residia entre os partidos políticos, a SDDH e a redação do jornal trouxeram certa imprecisão no âmbito específico de seu desenho editorial. No entanto, é digno de nota ter *resistido* durante tanto tempo, destoando-se da maioria dos alternativos do país. *Resistência* merece vários outros estudos, pois o que apresentei aqui suscita mais questões do que respostas, indicando ser absolutamente significativo considerar tal periódico como fonte e objeto de análise, conjugando com a compreensão da SDDH no contexto da Ditadura Militar do Brasil.

Referências

ALMEIDA, Rogério, e Camila Barros. "Bandeira 3: impresso alternativo na Amazônia em tempos de ditadura." *Revista Brasileira de História da Mídia* 2, n.º 1 (janeiro de 2013): 71–84.

AMORIM, Célia, et al. "Resistência e *Jornal Pessoal*: da ditadura civil-militar à democracia na Amazônia." In *Comunicação e pesquisa na Amazônia: perspectivas e práticas,* vol. 1, org. Célia Amorim et al. Belém: UFPA / PPGCOM, 2018.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968–1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência — O Estado de S. Paulo e Movimento.* Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Juliana S. "A redemocratização na imprensa alternativa: uma análise do *Jornal Resistência* (1978–1986)." In *Política, sociedade e ambiente,* org. Francivaldo Nunes. 1ª ed. Ananindeua: Cabana, 2022.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo.* Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região." In *O poder simbólico.* Rio de Janeiro/Lisboa: Difel, 2000.

"Brot für die Welt – Pão para o Mundo." https://www.brot-fuer-die-welt.de/pt/pao-para-o-mundo/. Acesso em 25 abr. 2025.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. "A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil." In *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História,* org. Eurípides Simões de Paula. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1979, vol. 2, 225–239.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil.* São Paulo: Contexto / Edusp, 1988.

Catálogo da Imprensa Alternativa – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. http://wwwo.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/catalogo_imprensa_alternativa.pdf. Acesso em 19 abr. 2025.

CARVALHO, Luiz Maklouf. "Apontamentos para uma história do *Jornal Resistência*." In *Antologia Prêmio Torquato Neto.* Rio de Janeiro: RioArte, 1985.

COSTA, Josué Ivan. *A voz do Resistência: um jornal contra a ditadura militar.* Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2018.

CRUZ, Heloísa de Faria, e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa." *Projeto História* 35 (dezembro de 2007): 235–270.

DARNTON, Robert, e Daniel Roche, orgs. *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775–1800.* São Paulo: EDUSC, 1996.

FERREIRA, Paulo Roberto. *A censura no Pará: a mordaça a partir de 1964 (registros e depoimentos).* Belém: Paka-Tatu, 2015.

FERREIRA, Paulo Roberto. "Tempos de Resistência." In *Recortes da mídia alternativa: história e memórias da comunicação no Brasil,* org. Karina Janz Woitowicz. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

FICO, Carlos. "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas." *Tempo e Argumento* 9, n.º 20 (2017): 5–74.

JORNAL *Resistência* (Belém, PA). Ano 1, nº 1, março de 1978. JORNAL *Resistência* (Belém, PA). Ano 3, nº 5, março de 1980. JORNAL *Resistência* (Belém, PA). Ano 4, nº 28, agosto de 1981.

KIRCHER, Mirta. "La prensa escrita: actor social y político, espacio de producción cultural y fuente de información histórica." *Revista de Historia* 10 (2005): 115–122.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.* 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LUCA, Tania Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos." In *Fontes históricas,* org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2005.

Lucio Flávio Pinto. "O caso Capaz." https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2016/07/04/o-caso-capaz/. Acesso em 15 nov. 2024.

Lucio Flávio Pinto. "Smith, o gráfico." https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2020/04/23/smith-o-grafico/. Acesso em 25 abr. 2025.

MACHADO, Ismael. *Paulo Fonteles: sem ponto final.* São Paulo: Fundação Maurício Grabois / Anita Garibaldi; Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos, 1ª ed., 2017.

MARTINS, Ana Luiza. "Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras." *História* 22, n.º 1 (2003): 59–79.

MELO, Ivania da Silva Pereira. *Araguaia em verso e em prosa: os poemas da guerrilha veiculados pelo Resistência (o jornal em defesa dos direitos humanos).* Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MESQUITA, Thiago B. *"Uma estrada revela o mundo": o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará.* Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS, Rio de Janeiro, 2018.

NOCI, Javier Díaz. "A history of journalism on the internet: a state of the art and some methodological trends." *Revista Internacional de Historia de la Comunicación* 1, n.º 1 (2013): 253–272.

OLAN, F., Upul Jayawickrama, E. O. Arakpogun, et al. "Fake news on social media: the impact on society." *Information Systems Frontiers* 26 (2022): 443–458. https://doi.org/10.1007/s10796-022-10242-z.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo.* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PERUZZO, Cecília M. K. "Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço." *Galáxia* 17 (junho de 2009): 131–146.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.* Petrópolis: Vozes, 1998.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. "Notas sobre o *Jornal Resistência*, de Belém do Pará: (re)visitá-lo é o primeiro passo." In *Leituras sobre a Amazônia: cultura, memória e ensino,* org. Erinaldo V. Cavalcanti et al. São Luís: EDUFMA, 2021.

"Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) – Quem somos." http://sddh.org.br/quem-somos/#historico. Acesso em 15 nov. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). *Journalism, fake news and disinformation.* Paris: UNESCO, 2018.

Recebido em 09 de janeiro de 2025
Aprovado em 13 de fevereiro de 2026